

Palco de Consensos ou Teatro das Contestações? Uma Reflexão Sobre o MST na Atual Cena Política Brasileira¹

Camila Chaves FERREIRA²

Márcia Vidal NUNES³

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE

Resumo

Das ações mais radicalizadas à passividade política, as constantes disputas por se fazer visível têm apresentado aos movimentos sociais, simultaneamente como prática e desafio, a necessidade de organização de espaços que possibilitem aos seus integrantes expressar opiniões, deliberar sobre temas específicos e, sobretudo, construir-se a si e aos outros como sujeitos políticos. Assim, a partir das reflexões propostas por Jacques Rancière e outros autores, e das análises de dois episódios que têm o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como centro, este artigo propõe-se a refletir em que medida tem o diálogo figurado como uma tática de movimentos sociais, questionando qual o espaço atribuído às contestações no seio desse movimento e apontando possíveis caminhos para o exercício da cidadania e das práticas no interior deste e de outros sujeitos políticos.

Palavras-chave: cidadania; contestação; diálogo; política.

1 Introdução

O presente artigo consiste em uma reflexão sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na atual cena política brasileira. Surgido em 1984, lançando mão da ocupação de terras como uma forma eficiente e legítima para pressionar o Estado a fim de desapropriar terras e sua consequente distribuição, o Movimento é atualmente considerado o responsável pela garantia de terras a mais de trezentos e cinquenta mil famílias.

Para efeito destas reflexões, o MST ocupou desde 2005 um importante papel, sobretudo pela inquietação que causava sua forma de atuação, ocupando terras e prédios públicos e pelo modo como eram formados os jovens e crianças sem-terrinha, uma vez que o Movimento conta com um modelo de educação popular capaz de romper com um padrão de educar que evita a reflexão crítica e freia a impaciência.

¹ Artigo apresentado no GP Comunicação para a Cidadania XII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós Graduação em Comunicação da UFC e graduada em Comunicação Social, com habilitação em Relações Públicas, pela UFMA. E-mail: camila.chaves@yahoo.com.br

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFC. E-mail: marciavn@hotmail.com

Ao longo de quase trinta anos, esse movimento acumula uma série de ações que ficaram no imaginário social como tendo sido marcadas pela ausência de racionalidade. Tal pensamento divide opiniões, mesmo no interior da esquerda brasileira, e será impulsionador de um debate sobre a necessidade de repensar métodos. Tanto associada a esta questão como na perspectiva de um agir com vistas ao estabelecimento de alianças com outros sujeitos sociais, mudam-se os modos de comunicar e tem-se, também, no diálogo, uma tática.

Porém, de movimento marcado pela efetivação de atos radicalizados – como a ocupação da fazenda do grupo Cutrale, em outubro de 2009, culminando no episódio que levou à “destruição” de sete mil pés de laranja –, ao movimento que rompe, afasta ou mesmo expulsa dezenas de militantes – conforme expresso em carta publicada em novembro de 2011, relatando o estabelecimento de alianças que têm representado um retrocesso do ponto de vista de reivindicações históricas –, questiona-se se tal organização tem perdido o lugar do teatro das contestações para ser palco de grandes consensos.

2 Ruído de revolta ou palavra que expõe dano?

Para além do que dizem os grupos hegemônicos por meio de suas mídias e outros dispositivos de produção de subjetividades, pode-se dizer que há atualmente, no seio da esquerda brasileira, uma divisão de opiniões sobre os modos de atuar de atores sociais e coletivos como o MST. Das grandes marchas aquele que é designado como o centro de poder do país, às ocupações mais radicalizadas a prédios públicos e terras improdutivas, há uma dúvida cotidianamente gerada e, por vezes mais reforçada: o quanto há de razão política em tais ações?

Jacques Rancière (1996) traz, de seu passeio entre gregos e romanos para situar o começo da política, os elementos para questionar seu fundamento. O autor cita Aristóteles, a esse exemplo, para quem estaria fundamentada na *palavra* a ideia da natureza política do homem, por ser ele o único animal em posse da *logos* que, para mais que *indicar* – como faz a voz –, a palavra *manifesta*. Estabelecida essa tentativa de divisão entre as funções comuns atribuídas à palavra, o autor retoma a crítica feita por Platão ao falar do “gordo animal” popular.

Para Rancière (1996, p.35) “a metáfora do gordo animal não é uma simples metáfora. Ela serve rigorosamente para mostrar na animalidade esses seres falantes sem

qualidade que introduzem a perturbação no *logos* e em sua realização política”. A partir desta metáfora, o autor proporá que o fundamento da política não mais seja pensado a partir da simples oposição entre os animais lógicos e os animais fônicos, mas justamente na aposta do jogo das discordâncias, dos litígios. E, nesse sentido completa:

Há política porque o *logos* nunca é apenas a palavra, porque ele é sempre indissolúvelmente a *contagem* que é feita dessa palavra: a contagem pela qual uma emissão sonora é ouvida como palavra, apta a enunciar o justo, enquanto uma outra é apenas percebida como barulho que designa prazer ou dor, consentimento ou revolta (RANCIÈRE, 1996, p.36).

Feita de *erros de cálculos* e “obra de classes que não são classes”, a política para Rancière (1996, p.51) manifesta-se sob a figura do dano que por sua vez “institui um universal singular, um universal polêmico, vinculado a apresentação da igualdade, como parte dos sem-parte, ao conflito das partes sociais”. Logo, a política não seria nenhuma coisa em si, mas algo que poderia vir a sê-lo a depender de sua capacidade de por em relação ou, mais que isso, de reconfigurar as relações que determinam o lugar – seja ele de trabalho, de moradia, de vivência – e sua relação com a comunidade.

No debate sobre a razão do desentendimento, Rancière (1996, p.61) afirma que a racionalidade política “só é pensável de maneira precisa se for isolada da alternativa em que um certo racionalismo quer enclausurá-la: *ou* a troca entre parceiros que colocam em discussão seus interesses ou normas, *ou* a violência do irracional”. Neste marco, podemos pensar, algumas ações de movimentos como o MST, como a ocupação de uma das fazendas da Cutrale e o episódio dos pés de laranja, marcado na memória de milhões de brasileiros e brasileiras como uma ação pertencente ao campo de uma violência do irracional, como ruído de revolta, nunca palavra expositora de um dano.

No grande fosso existente entre *MST destrói 7.000 pés de laranja da Cutrale*⁴ e *Esclarecimentos sobre os últimos episódios veiculados pela mídia*⁵, a ocupação do MST a uma das fazendas do grupo exportador de sucos de laranja, em outubro de 2009, há, como já dito, mesmo no seio daqueles que defendem a reforma agrária e reconhecem a necessidade de transformação da sociedade, uma divisão de opiniões sobre o caráter e a legitimidade de ações mais radicalizadas e mesmo uma saída em defesa de intervenções que

⁴ Título que faz referência às muitas notícias veiculadas na imprensa escrita, televisiva e eletrônica sob influência de grandes grupos hegemônicos, como aquela publicada no *Estadão*, em 7 de outubro de 2009. *Link* reduzido: <http://migre.me/71tPJ>

⁵ Título do informativo ano VII - nº 174 divulgado pelo MST em 9 de outubro de 2009.

se dêem de modo mais “moderado” ou mesmo de uma resistência que se estabeleça “pacificamente”.

No Brasil, de acordo com o Atlas Fundiário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), 56,7% das terras agriculturáveis têm mais de mil hectares e está nas mãos dos trezentos maiores proprietários rurais e, em contrapartida, 4,8 milhões de famílias não têm terra para plantio ou moradia. Além disso, especula-se que 62,4% das terras do país sejam improdutivas, terras paradas em decorrência da forte especulação imobiliária. É nesse sentido que falar da terra é mais que falar da democratização do acesso e das condições de produção. É falar da concentração de renda, da possibilidade de erradicação da pobreza e, principalmente, do jogo de interesses que orientam estas disputas.

As lutas pela terra são também as disputas pelos modos de pensar e de agir sobre ela e, uma vez compreendo a terra como espaço, podemos, tal como propõe Milton Santos (2010), pensa-la como o resultado do casamento entre sistemas de objetos e sistemas de ações que, indissociáveis, outorgam uma racionalidade baseada em elementos da ciência, da tecnologia e da informação, por sua vez, determinantes da nova relação entre as regiões. Sobre tal fenômeno, o autor afirmará que:

Esse meio técnico-científico que inclui saber é o suporte da produção do saber-novo, faz com que os outros espaços se tornem apenas os espaços do fazer. Os espaços comandados pelo meio técnico-científico são os espaços do mandar, os outros são os espaços do obedecer (SANTOS, 1994, p.106).

Na década de 80 surgem as primeiras ocupações de terras como forma de pressão e, em 1988, os movimentos reivindicadores desta pauta têm uma importante conquista com a aprovação da Constituição Federal. A partir deste documento, o Estado estaria obrigado a garantir a desapropriação de terras em que não se estivesse cumprindo sua função social, estando esta relacionada ao uso e aproveitamento dos recursos naturais, à preservação do meio ambiente e às relações de trabalho. A Constituição serviu ainda como base para a criação da Lei de Reforma Agrária, objetivando regulamentar os dispositivos relativos à reforma agrária presentes na Constituição.

Sabe-se, porém, que ainda que alguns destes marcos legislativos tenham sido frutos das tantas lutas encampadas pelos movimentos populares, forças econômicas e políticas têm se oposto à efetivação da reforma agrária no Brasil por vias do Estado. Relacionando ao caso das fazendas do grupo Cutrale, o Movimento alega que as ocupações se justificam pelo fato de serem terras públicas oriundas de processos de grilagem, portanto, apropriadas

indevidamente por grandes empresas, ao passo que o Estado alega a falta de terras para assentamento de trabalhadores rurais sem terra.

Mesmo entre os mais ferrenhos apoiadores do Movimento, houve aqueles que questionaram o episódio dos sete mil pés de laranja. Falávamos da técnica e sobre como ela fala sobre a política e os modos como o espaço é organizado. Algo que nem as notícias veiculadas pelos grandes meios, nem a carta divulgada pelo Movimento associam de modo direto, é a relação existente entre a “destruição” da plantação de laranjas por militantes do MST, a um modo político de posicionar-se, por exemplo, contrariamente à monocultura e em defesa de uma agricultura para produção de alimentos diversos e saudáveis.

Quando, em alguns assentamentos distribuídos no Brasil, as famílias assentadas priorizam o cultivo de alimentos que lhes sirvam para o próprio consumo em lugar de monoculturas, bem como quando escolhem a Agroecologia como técnica, o que se expressa é uma postura política que demonstra tanto a subversão de uma ideia de tempo socialmente construída – uma vez que se respeita o andamento próprio da natureza para estabelecer-se de forma saudável –, como a concepção da importância de existência do equilíbrio entre homem e natureza. Portanto, um modo de pensar avesso àquela racionalidade dominante, mas nem por isso, irracionalidade.

Sobre tal questão cabe dizer que os movimentos ambientalistas, conservacionistas e ecológicos deixaram de ser movimentos à parte de outros movimentos, como os únicos a levantar a bandeira da ecologia.

Hoje, eles se compõem como movimento social. Cada vez mais a dimensão ecológica perpassa todos os movimentos. Assim como, a partir da década de 1960, as ciências do social e do humano constituíam a mediação necessária para compreender e conferir a eficácia às atividades políticas, atualmente, a ecologia constitui uma mediação imprescindível para cada saber e cada prática social poderem dar a contribuição que se espera no sentido de garantir a integridade do criado, principalmente a salvaguarda da vida – a começar pela mais ameaçada (BOFF, 2008, p.108-109).

Para Azevedo apud Sanchez (2000), a problemática ambiental coloca novas questões para a sociedade contemporânea. Abre um campo para a construção de uma cidadania coletiva: um novo exercício da cidadania que vai além das limitações daquela construída no marco liberal. Assim sendo, a revisão do entendimento da relação homem-natureza coloca-se como uma prioridade para a construção dessa nova cidadania.

Dessa forma, a vivência da cidadania passaria, também, pela incorporação de novas estratégias de luta vinculadas às novas necessidades que surgem em tempos

contemporâneos, sendo a dimensão ambiental elemento central em todas as discussões de ordem política e social; e, portanto, impregnadas de uma nova racionalidade, que aponta para uma existência em harmonia com a natureza; ou seja, trata-se de uma outra racionalidade. Tal racionalidade não teria um caráter homogêneo. Ela seria vivenciada, na prática política concreta, em consonância com o estágio em que se encontrasse determinado grupo social e tendo como referência o conjunto de suas vivências históricas anteriores.

Este pensamento dialoga com Santos (1994), ao afirmar que aquela racionalidade outorgada pelos sistemas de objetos e ações supõe contrarracionalidades, ou racionalidades outras, localizadas de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas, e de um ponto de vista social, minorias que possuem, por sua vez, como característica a não subordinação às racionalidades hegemônicas.

As minorias se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades hegemônicas. As minorias étnicas, sexuais (de gênero) e outras têm mais dificuldades para aceitar e atender às exigências da racionalidade, na mesma medida em que os pobres dela também são mais defendidos, porque mais infensos às trampas do consumo. Esses são também os instrumentos da realização da contraracionalidade (SANTOS, 1994, p.107-108).

Este debate sobre racionalidades e contrarracionalidades permite analisar as ocupações organizadas por movimentos como o MST e a imagem socialmente construída sobre esta tática e aqueles que a executam. São constantes as tentativas de provar que as ações destes movimentos são desprovidas de racionalidade. Assim, para muitos, o que é ação pela garantia de direitos, palavra que expõe justiça, tem na violência, na destruição e na revolta, a sua representação.

3 Diálogos de resistência ou de criação?

Uma das críticas feitas à esquerda brasileira e, sobretudo, aos movimentos sociais, refere-se a uma suposta falta da capacidade de dialogar. Deste modo, fala-se de ações ou de “excessos” que poderiam ter sido evitados e, principalmente do sentimento de repulsa causado por tais ações e excessos. Assim, somos levados ao entendimento de que as ações mais radicalizadas de movimentos como o MST não costumam dialogar com o conjunto da sociedade e que, por tais motivos, algumas delas deveriam ser repensadas ou mesmo extinguidas.

Associando essa reflexão às análises de Rancière, podemos afirmar que as condições para que o diálogo possa acontecer são produções, assim como o são as subjetividades e os

exercícios de ouvir e perceber. No debate sobre *política e polícia* proposto pelo autor – ao qual nos ateremos mais adiante⁶ –, fala-se sobre uma definição dos modos de fazer, ser e dizer, logo, uma ordem que é determinante de quem diz, onde diz e o que diz e, mais que isso, determinante se aquilo que se diz *manifesta* ou simplesmente *indica*.

A polícia é assim, antes de mais nada, uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos do dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído (RANCIÈRE, 1996, p.42).

E é partir desta possibilidade ou não de ser visível que se pode pensar também a disputa pela terra como uma luta pelo entendimento, luta pela ampliação dos espaços dos possíveis, uma vez que tais possíveis são também determinados. Por isso, tal como afirma Rancière (1996, p.67) sobre o litígio do entendimento, “é preciso produzir ao mesmo tempo a argumentação e a cena em que ela deve ser entendida, o objeto da discussão e o mundo em que figura como objeto”. Logo, é neste processo que a disputa pelo outro evidencia-se também nos modos como são organizadas as práticas discursivas.

Araújo (2000, p.80) explica que, no princípio, a comunicação desenvolvida pelo MST atendia basicamente às funções de mobilização, por meio da elaboração de cartazes, panfletos e folhetos, e de fonte alternativa de informação à grande imprensa, com o *Jornal dos Sem-Terra*. Após o repensar de suas atividades comunicativas, as novas funções atribuídas a elas passaram a ser o apoio ao processo de organização e capacitação de assentadas e assentados e a divulgação do movimento a outros segmentos da sociedade com vistas à construção de alianças.

Sobre os processos de construção de alianças, outro elemento importante é o estabelecimento de pautas comuns de reivindicação entre o MST e outros movimentos. A este exemplo, ao incorporar às suas linhas políticas e de atuação os debates sobre temáticas que aparentemente não teriam relação direta com a reforma agrária, o Movimento tanto reconhece que há a necessidade de avançar em tais questões para que a tão almejada reforma agrária seja enfim conquistada, como vê como aliados aquelas e aqueles que têm estas pautas mais específicas como prioridade.

⁶ Nos ateremos a este debate mais especificamente no próximo ponto, mas cabe adiantar que, para Rancière, o conceito de *polícia*, não está associado à ideia de aparelho de Estado ou poder de repressão, mas sim é convocado em um sentido mais amplo, “neutro” e, sobretudo não pejorativo.

Nesse sentido, o MST segue em articulação com outros movimentos e comunidades e é tido por muitos como um importante parceiro. Assim, pensar de que modo se estabelecem as relações entre este Movimento e outros sujeitos sociais, possibilita pensar também como o diálogo vem sendo utilizado como tática deste movimento e em que medida lhe possibilita aberturas para processos que, tal como propõe Antonio Negri (2003), mais que resistência, figuram-se como potência, capacidade de criação.

Bakhtin (1997, p.256-257) afirmará que “em toda parte um determinado conjunto de ideias, pensamentos e palavras passa por várias vozes imiscíveis, soando em cada uma de modo diferente”. Mais adiante, o autor concluirá: “Ser significa comunicar-se pelo diálogo. Quando termina o diálogo, tudo termina.” Ao analisar as obras do escritor russo, Bakhtin reforça a importância do diálogo e da interação entre os indivíduos para que o novo se faça, as descobertas aconteçam.

Amorim (2001, p.107), estudiosa das contribuições do autor às Ciências Humanas, a polifonia ou o dialogismo “é um conceito bakhtiniano que permite examinar a questão da alteridade enquanto presença de um outro discurso no interior do discurso”. Se se entende que um discurso é repleto de outros discursos e consideram-se os fóruns, as redes e as mobilizações sociais como espaços e formas discursivas tecidas por várias vozes, tem-se que uma característica dessas formas de organização é o dialogismo.

A autora define a arte dialógica como aquela capaz de confrontar, dar voz e presença ao que se tenta esconder na maioria das vezes, o outro e as vozes por ele produzidas. Para ela, o que permite a expressão da alteridade é o “descontínuo, o intervalo, a exotopia e a disseminação”. Nesta relação de não proximidade, o outro é posto como enigma e o encontro com ele pode horrorizar, embriagar ou levar a transposição de limites, como as representações feitas pelas figuras mitológicas de Górgona, Dionísio e Ártemis⁷.

Poderia se dizer, portanto que o que fazem os movimentos sociais de diferentes setores ao organizar uma pauta comum de reivindicações, não é esquecer suas especificidades, suas questões mais imediatas, mas reconhecer a importância do outro na difícil tarefa de transformar as relações sociais e conseqüentemente a sociedade. Neste cenário, o diálogo figura como ferramenta de integração do outro mostrando-lhe que as

⁷ Amorim recorre à Vernant para explicar que, em Górgona, a deusa com cabelos de serpente capaz de petrificar aqueles que cruzassem seu olhar, está a representação do horror, do caos, do indizível e do impensável diante daquilo que é absolutamente outro, é a alteridade radical; em Dionísio, deus do vinho e entre os deuses o único filho de um mortal, está o duplo caráter do que é ao mesmo tempo outro e familiar, a possibilidade de tornar-se o outro diferente do que se é naturalmente, é a alteridade próxima; e em Ártemis, deusa das fronteiras entre o longínquo e o próximo, está a capacidade de integrar o que é outro, tornando-o parte do mesmo.

diferenças e as especificidades da organização que ela ou ele compõe, têm papel importante em uma atuação articulada em rede.

Porém, baseada em outros autores, entre eles, Rancière, Gohn (2010, p.30) afirmará que em sua heterogeneidade, a sociedade civil tem perdido o sentido e o campo da crítica, seu caráter de reivindicação. Deste modo, a autora organiza elementos que possibilitam a reflexão tanto sobre a importância tida pelas redes nos processos de lutas por transformações, bem como os limites tidos por esta forma de organização, ponto de partida para se pensar, em paralelo à questão do diálogo, os seus limites em se tratando dos espaços de diferenças, de contestação.

O exercício da cidadania assim concretizado nesta nova prática de associação dos movimentos entre si e através das redes de mobilização social e outras estratégias políticas e midiáticas apontaria para um novo e rico processo de criação e de organização dos novos movimentos sociais, que fazem da solidariedade orgânica e da incorporação permanente de novas reivindicações sintonizadas com perspectivas mais abrangentes, um momento ímpar da luta política coletiva.

4 Palco de Consensos ou Teatro das Contestações?

Para definir *política* e *polícia*, Rancière (1996, p.40) afirmará também que o princípio de estar-junto é simples: “dá a cada um a parcela que lhe cabe segundo a evidência do que ele é. As maneiras de ser, as maneiras de fazer e as maneiras de dizer – ou de não dizer – aí remetem exatamente umas às outras”. É pensando nesse não dizer que questionaremos, neste tópico, qual o lugar dado à contestação ao MST que passou das ações mais radicalizadas – como as ocupações de terra que desde 1984 já possibilitaram o acesso à terra a mais de 350 mil famílias – ao Movimento mais “moderado”, de negociações.

Rancière (1996, p.41) propõe chamar de *polícia* a ideia que comumente se atribui a *política*. O autor, como já dito anteriormente, propõe pensar a *polícia* em seu sentido “neutro”, não referente a aparelho do Estado ou forças repressivas, mas como sendo o “conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição”. Já o nome *política*, o autor reserva para designar a seguinte atividade:

A atividade política é aquela a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho (RANCIÈRE, 1996, p.46).

A política seria então deslocamento, relação e não-relação, multiplicação dos mundos sensíveis, fazer ver justo aquilo que costumeiramente não se deixa ver e, para o autor, esse fazer ver daquilo que nada deixa ver só pode se dar por meio do conflito. Fala-se sobre a possibilidade de construção de um mundo comum em se tratando dos movimentos sociais, um mundo que, diga-se de passagem, não existe. Com quem dialogam os movimentos sociais e os terceiros deixados de fora ou mesmo expulsos para que os diálogos ocorram, comprometem o próprio fazer político. Entram em jogo, então, os consensos.

Antes de ser a preferência dada à paz sobre a guerra, o consenso é um certo regime do sensível. É o regime em que as partes já estão pressupostamente dadas, sua comunidade constituída e o cálculo de sua palavra idêntica à sua *performance* linguística. O que o consenso pressupõe, portanto, é o desaparecimento de toda instância entre a parte de um litígio e a parte da sociedade. É, em suma, o desaparecimento da política (RANCIÈRE, 1996, p.105).

Ao afirmar que “a presença de outros que vêem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos”, Hannah Arendt (2009, p.60) em *A condição Humana*, traz à tona as reflexões sobre uma ideia de esfera pública tida como um espaço comum capaz de possibilitar ser visto e ouvido, do mesmo modo que ver e ouvir. Assim, deu possibilidade para pensar a possibilidade de conflitos no interior destes espaços.

De palco de contestações, alguns movimentos sociais vêm sendo questionados no seio da esquerda sobre uma certa imobilidade, ausência de críticas e perda de independência diante dos governantes, sobretudo após primeira eleição do ex-sindicalista Luís Inácio Lula da Silva pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 2002. Antes disso, na década de 80, o PT cumpriu um importante papel na mobilização da sociedade o que o tornou referência na esquerda internacional, sobretudo na América Latina. Foi o partido que inaugurou, em seu modo de fazer política, o debate sobre a importância de realização de campanhas de independência de base e sobre a necessidade de organização de uma estrutura sindical livre do Estado.

De acordo com Garcia (2011), a chegada do PT a diversas prefeituras em 1988, a por pouco não eleição de Lula em 1989 e a ocupação de cargos por seus dirigentes durante a década de 1990 – não apenas cargos em instituições políticas estatais, mas também em

órgãos de gestão direta do capital financeiro – foram acelerando a burocratização do partido e a mudança de sua base e composição social. Refém da lógica do mercado eleitoral, muda-se a política de alianças, e entram em jogo as campanhas milionárias, com apoio de empreiteiras e bancos privados.

Ainda para o autor, no governo, o PT deixou de ser apoio de atores que cumpriram papéis importantes na política brasileira – como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e mesmo o MST – e foi responsável por um forte processo de cooptação, levando muitas destas entidades à imobilidade. Garcia⁸ afirma: “A CUT está mais preocupada com a política econômica do que com a reivindicação dos trabalhadores. O MST não. O MST ele tem uma divisão”.

E segue⁹:

O problema do MST é que sua direção ainda analisa o PT como se ele fosse um partido em disputa, como se pudesse, a partir de pressões, trazê-lo para esquerda para um compromisso com a classe trabalhadora, e lamentavelmente penso que hoje isso não existe mais. Se existe alguma divisão hoje dentro do PT é entre a burguesia financeira, a burguesia industrial, o agronegócio. Não existe mais esse negócio. É uma ilusão que é alimentada por alguns setores do MST que acaba tendo uma repercussão, uma influência na política. Hoje lamentavelmente a política pela reforma agrária em nosso país teve um retrocesso muito grande. Hoje o MST se contenta em lutar por verbas pros seus assentamentos que já existem e em muitas das vezes em uma perspectiva de captulação, o agronegócio trabalhando em seus assentamentos. E assim o MST acaba traindo a sua própria história e abrindo mão da sua luta que fez com que, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o maior enfrentamento feito a esse governo foi pelo MST época em que o movimento conseguiu expropriar uma área do tamanho de Portugal aqui em nosso país. Então, essa história lamentavelmente não existe mais. Fruto desse equívoco de considerar que o governo do PT e que o próprio partido ainda esteja em disputa, mas que lamentavelmente isso não existe mais. – **Entrevista com Cyro Garcia.**

De volta à Rancière (1996), é neste sentido que se cabe pensar, para além das tentativas de dialogar com o conjunto da sociedade ou outros sujeitos contestadores da ordem vigente, com quem dialoga o MST, a que o Movimento tem se submetido para estar em diálogo e, principalmente, qual o lugar da contestação dentro dessa perspectiva. Segundo afirma o autor,

que os governos sejam os simples agentes de negócios do capital internacional, essa tese outrora escandalosa de Marx é hoje a evidência quanto à qual “liberais” e “socialistas” concordam. A identificação absoluta da política com a administração do capital não é mais o segredo vergonhoso que as “formas” da democracia viriam a

⁸ Entrevista concedida em 4 de novembro de 2011, durante lançamento do livro de sua autoria na cidade de Fortaleza-CE.

⁹ Idem.

mascarar, é a verdade declarada com a qual nossos governos se legitimam. (RANCIÈRE, 1996, p. 115).

No final de novembro de 2011, cinquenta e um militantes de diversos movimentos, entre os quais, o MST, divulgaram um extenso documento intitulado *Carta de saída das nossas organizações (MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina) e do projeto estratégico defendido por elas*¹⁰ situando dois momentos políticos decisivos para o processo de produções deles como sujeitos e organizações sociais: os impactos decorrentes da queda do muro de Berlim e a reestruturação produtiva do capital. Deste processo surgem também, conforme afirma a carta, as contradições decorrentes dos últimos governos, quando as lutas políticas encampadas por aqueles sujeitos passaram a configurar como ameaças às alianças políticas realizadas.

Após o debate desses entre outros elementos, o documento encerra afirmando que muitos dos cinquenta e um militantes que o assinaram já se afastaram ou mesmo foram expulsos das organizações que faziam parte sem terem podido expor seus motivos. É neste sentido que questionamos qual tem sido o lugar das contestações em movimentos como o MST, que se organizam sob uma importante e legítima pauta de reivindicações, mas que não têm, conforme o exposto, atribuído lugar ao confronto e à diferença, colocando assim, seguindo o pensamento de Rancière, a própria atividade política, como aquela capaz de deslocar e fazer ver o que não podia ser visto.

5 Considerações finais

Ao longo de suas quase três décadas, percebemos que o MST acumulou importantes enfrentamentos e, conseqüentemente importantes vitórias, tendo sido o responsável pela garantia de terra, moradia, trabalho, educação e participação de uma grande parcela da população brasileira. É neste sentido que suas ações, mesmo as mais radicalizadas, para além das tentativas das constantes tentativas dos grupos hegemônicos em criminalizar o Movimento, necessitam ser pensadas em termos de relações, do quanto de sentido político elas carregam consigo, no sentido de provocar o deslocamento e, sobretudo, de fazer ver aquilo que até então não se deixava que fosse visto.

É desta forma que a luta pela terra precisa ser vista como uma luta pela ampliação das possibilidades, uma vez que os “possíveis” estão determinados pelo Estado. Daí a

¹⁰ A carta foi publicada em alguns sites, como o da CSP Conlutas – Central Sindical e Popular, em 23 de novembro de 2011. Link reduzido: <http://migre.me/71Php>

necessidade de reivindicar no seio do Movimento um dialogismo que esteja em favor dos sem-parcela, daqueles que se fazem povo e se tornam unos, em suas singularidades e multiplicidades, no interior do Movimento.

Por isso a necessidade, sobretudo de se reivindicar o retorno deste Movimento às ações que, mais que resistência, sejam potências criadoras de novas relações e que não venham a colocar, em nome de alianças feitas a qualquer custo, o próprio fazer político em vias de ameaça pela sobreposição de tantos consensos. Tal atitude é possibilita ainda a abertura de novos caminhos para o exercício da cidadania em moldes muito mais abrangentes e integradores, apontando novas formas de pensar e viver as práticas políticas.

Referências Bibliográficas

AMORIM, Marília. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas** / Marília Amorim. - São Paulo : Musa Editora, 2001.

ARAÚJO, Inesita. Comunicação rural: o que se faz, o que se pensa. In: _____. **A reconversão do olhar** - São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

ARENDDT, Hannah, 1906-1975. **A condição humana**. – 10.ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

AZEVEDO, Isabelle. **Campo em confronto: a politização do meio ambiente através das campanhas e jornadas de luta do MST**. Anais do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Recife, Pernambuco, 14 a 16/06/2012.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch, 1885-1975. Diálogo em Dostoiévski. In: _____. **Problemas da Poética de Dostoiévski** / Mikhail Bakhtin. tradução de Paulo Bezerra. -- 2.ed. -- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BOFF, Leonardo. **Ecologia, Mundialização, Espiritualidade**. Rio de Janeiro, Record, 2008.

GARCIA, Cyro. **PT: de oposição à sustentação da ordem** / Cyro Garcia; prefácio Valério Arcary. - Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 2.ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2010.

NEGRI, Antonio. **Kairòs, Alma Venus, Multidão**: nove lições ensinadas a mim mesmo / Antônio Negri. – Rio de Janeiro: DP&A, 2003. Coleção Política das multidões.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento** – política e filosofia; tradução de Ângela Leite Lopes. – São Paulo : Ed. 34, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. – 19ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2010.